Sobre a formação em Controle de Pragas

Por Luiz Roberto Fontes

Luiz Roberto Fontes
Biólogo (entomólogo)
e consultor

Ocasionalmente acontecem episódios associados a um possível erro profissional na operacionalização de medidas de controle, mais frequentemente na aplicação de um produto para controle de pragas. Isso nos leva a refletir sobre a formação necessária para o exercício desta atividade técnico-científica.

Existem ofícios que, para serem exercidos profissionalmente, requerem **formação especializada**. Isso se dá em diferentes níveis de instrução. Assim, técnicos agrícolas e técnicos químicos têm seu campo de ação definido na capacitação de nível médio. Agrônomos, químicos, farmacêuticos, médicos, advogados e outros obrigatoriamente devem ser habilitados em nível superior. Mesmo com o diploma em mãos, essa é a formação básica para o exercício da atividade e o profissional deve se aprimorar gradualmente, na lide diária.

A especialidade de controle de pragas urbanas não é contemplada em cursos formais especializados, sejam de nível médio ou universitário. O que se exige é que a empresa, legalmente constituída e devidamente registrada, disponha de um **Responsável Técnico** com diploma de nível superior. Este, conforme determina a Resolução de Diretoria Colegiada/RDC 18 de 29/02/2000, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ANVISA, pode ser graduado em Ciências Biológicas, Agronomia, Engenharia Florestal, Engenharia Química, Farmácia, Medicina Veterinária ou em Química. A única exceção é ainda se admitir, na função de Responsável Técnico, o Técnico em Química, profissional com habilitação de nível médio, o que não vou comentar.

Atualmente, **formação complementar extracurricular** está disponível para a maioria dos graduados de nível médio, configurados em cursos de atualização, assim como para os graduados de nível superior, tanto em concepção acadêmica (mestrado e doutorado) como de aprimoramento de carga horária reduzida (cursos de atualização) ou extensa (cursos de especialização, de mes-

trado profissional, e as residências específicas na área de saúde humana e animal, as quais são teórico-práticas dentro de hospitais). Além desses, praticados em tempo parcial ou integral, há diversas modalidades de reuniões técnico-científicas periódicas, como congressos, simpósios e encontros regionais, que congregam especialistas para discorrer sobre temas de interesse à comunidade profissional.

Porém, além desses cursos e reuniões suplementares, os quais são opcionais, se não existe uma educação formal especializada, como alguém (inclusive o Responsável Técnico) aprende e se qualifica como um profissional de controle de pragas? A resposta é: através do **estudo**, isto é, lendo textos técnicos em livros e em periódicos técnico-científicos. Além dessa instrução inteiramente autodidata, é possível se aperfeiçoar com a vivência oriunda da aplicação de seus conhecimentos na lide operacional, bem como aproveitando a experiência de outros profissionais de controle, em consultas àqueles que forem acessíveis.

Quando começamos a atuar em controle de pragas urbanas, no final da década de 1980 e início da década de 1990, nada disso existia no Brasil. Uma dificuldade imensa a superar era a falta de publicações para estudo, no idioma pátrio. Aqui não havia revista técnico-científica na especialidade e raros livros tratavam pouquíssima informação nesse campo. Havia periódicos e livros estrangeiros, que era necessário importar e, por abordarem realidade externa, nem sempre atendiam as nossas necessidades operacionais. Não havia reuniões técnico-científicas, exceto aquelas raramente patrocinadas pela indústria química, no ensejo de divulgar o seu produto para uso comercial.

Tratamento de descupinização: pulverização de madeiras sem acabamento e anexas à alvenaria, com calda de solvente orgânico.

Naquela época, prevalecia o mito do controle químico e da "força do veneno" para matar a praga, pouco interessando o conhecimento técnico-operacional e aspectos da biologia associados à infestação. Não se falava em **diagnóstico de infestação**, pois bastaria escolher o "produto certo" para aplicar. No meio acadêmico, controle de pragas urbanas era um tema desprezado, considerado puramente técnico e sem qualquer valor ou aplicação científica; apenas os insetos de interesse médico, veterinário e as pragas agrícolas demandavam pesquisas acadêmicas.

Entre nós, poucos profissionais de controle se dispunham a compartilhar sua experiência pessoal e a maioria tratava o assunto como um segredo a ser ocultado. Quem tinha interesse em se aprimorar e dispunha de recursos financeiros, frequentava congressos norte-americanos ou se inscrevia em cursos por correspondência existentes lá, cujo material didático era enviado ao Brasil, por correio.

Era difícil aprender, pois quase não havia textos para estudar o tema, nem com quem discutir. ▶

Entre a ciência disponível e a prática limitada

Hoje a situação é bem diferente. A partir de meados da década de 1990, surgiram no país diversos livros no tema do controle, tanto gerais como voltados a um grupo específico de pragas. A **Revista Vetores & Pragas**, publicada pela Associação Brasileira de Controle de Vetores e Pragas/ABCVP desde 1998, substituindo o jornal de mesmo nome e nascido em 1996, é o único periódico técnico-científico na especialidade, na América Latina. Em 1996, ocorreu no Brasil o primeiro simpósio sobre controle de pragas (EXPOPRAG/2º Simpósio Latino-Americano sobre Controle de Pragas Urbanas). Desde então, os tradicionais simpósios EXPOPRAG e ECOPRAG se alternam bianualmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, e reuniões técnico-científicas se repetem periodicamente, em diversas regiões do país.

Porém, embora não faltem oportunidades de formação, um problema permanece: a maioria daqueles que atuam em controle de pragas urbanas não estuda, não lê os livros nem os artigos técnico-científicos, e repete conceitos equivocados e erros seculares sobre pragas e seu controle. Apenas uma minoria estuda, enquanto a maioria apenas reprisa "receitas" de controle, sem realizar o necessário diagnóstico de infestação e sem analisar criticamente, para cada caso, a adequação das medidas de controle que eles mesmos propõem. Essa característica não é exclusiva dos controladores de pragas, pois os acadêmicos que se dedicam a eventualmente produzir literatura sobre pragas e seu controle revivem, volta e meia, conceitos inadequados ou há muito falecidos, evidenciando que, entre eles, há aqueles que jamais abordaram uma infestação real, não estudam a literatura técnico-científica existente e são apenas "experts de escrivaninha".

Tratamento de descupinização: aplicação de calda aquosa no solo, para barreira química no perímetro de paredes internas.

Se podemos estimular alguém nessa senda, nossa recomendação é: constitua uma **biblioteca** especializada em pragas e seu controle, e **estude sempre.** Mas não aceite prontamente tudo o que lê, pois a informação e os conceitos devem ser analisados sob o juízo da experiência e da razão. Em nossa biblioteca, temos mais de 20 livros do tema, uma coleção completa da **Revista Vetores & Pragas** e diversos manuais eletrônicos em formato PDF. Claro que esse material não é lido diariamente, mas está disponível para consultas, as quais são frequentes.

Voltando à motivação do presente texto, que é o erro profissional e quase sempre enseja repercussão jurídica, nas alçadas cível e criminal, aproveitamos para recomendar a leitura de dois capítulos sobre entomologia forense urbana e de produtos estocados, presentes nos livros **Entomologia forense: novas tendências e tecnologias nas ciências criminais** (2010, pág. 477-505) e **Entomologia forense: quando os insetos são vestígios** (2025, pág. 593-644). Esses textos se complementam e tratam da matéria pericial relacionada à atividade de controle de pragas, incluindo temas como responsabilidade técnica, exame e vistoria da cadeia produtiva de bens e serviços, diagnósticos periciais, mitos sobre pragas urbanas, responsabilidade segundo o Código de Defesa do Consumidor, e outros. Esses capítulos servem para a instrução de peritos forenses em questões relativas à atividade de controle de pragas, assim como para ensinar os próprios profissionais de controle a se protegerem e evitarem problemas com a lei.

Finalmente, se você vivenciou algum caso singular, instrutivo ou de resolução difícil, divulgue-o nesta revista técnico-científica, para que todos os leitores possam compartilhar dessa experiência e conhecimento. ■